NOVAS TERRITORIALIDADES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E A EMERGÊNCIA DO TELETRABALHO: O CENTRO NÃO SEGURA MAIS.

FERREIRA, Alvaro – UERJ/PUC – alvaro.ferreira@thema.trix.net

Século XXI. Empresas desenvolvem suas atividades utilizando cada vez mais a rede mundial de computadores. Trabalhadores podem estar realizando suas funções em locais, muitas vezes, longe da sede da empresa a partir da utilização de computadores pessoais conectados à Internet: eis aí os teletrabalhadores.

Do teletrabalho podem fazer parte trabalhadores efetivos da empresa ou *freelancers*, que trabalham sob a forma de contrato por tempo determinado ou por tarefas. Se antes esse formato flexível de trabalho era adotado principalmente por empresas de tecnologia da informação, atualmente ganhou adeptos em outros setores como bancos, seguradoras, mídia, empresas da área da saúde, varejo e indústrias. As atividades de análise e programação informática, de consultoria, de vendas, de arquitetura, de contabilidade, de recursos humanos, de advocacia, de análise de mercado, de planejamento, ou aquelas que consistem em tratar, manusear ou produzir a informação, dentre outras, têm recebido maior atenção, no sentido de possibilitar a sua execução à distância, ou seja, fora da sede da empresa.

O deslocamento do teletrabalhador para seu novo local de trabalho não se dá incólume, já que esse trabalhador tem seu cotidiano totalmente modificado. Tratemos, então, de definir melhor o processo de des-re-territorialização a partir da territorialidade por ele produzida, ou seja, seus territórios, redes e até mesmo os aglomerados de exclusão[1] – seja como dimensões ou como elementos do espaço geográfico, quer dizer, podendo ser, ao mesmo tempo, dissociados ou participando de um processo comum.

Contudo, para tratarmos desses processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização precisamos esclarecer, inicialmente, de que maneira estamos entendendo a categoria território. Segundo Haesbaert (2001, p. 1770), é possível agrupar as concepções de território em três vertentes: jurídico-política, que é a *"mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado"*; quanto à segunda, trata-se do que poderíamos denominar vertente cultural(ista), que *"prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço"*; finalmente, teríamos a vertente econômica, *"bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho."* Aqui, podemos perceber a influência de leituras de Augé (1992), Deleuze, Guattari (1997), Storper

[1] Joshua Lepawsky, em seu artigo apresentado no 97° Annual Meeting of The Association of American Geographers. Nova York, EUA, 27/02 a 03/03, 2001, apresenta como novos aglomerados de exclusão aqueles que não estão conectados a rede mundial de computadores e que, portanto, fariam parte da denominada *Digital divide.*

(1994), Raffestin (1993) e Sack (1986) na concepção das três vertentes identificadas por Haesbaert (2001).

Assim, o território é fundamentalmente definido a partir de relações de poder. Então, se a associação entre território e poder remete a idéia de território nacional e, por conseqüência, a de Estado (responsável pelas questões do ordenamento e da gestão do espaço), devemos ter em mente que o território pode, também, ser entendido de outras maneiras. Atualmente, tais questões não se restringem mais apenas ao Estado, posto que tem ocorrido uma série de coalizões econômicas e sócio-políticas, através de parcerias, visando a organização espacial da cidade. Inclusive, muitos dos autores que alertam para o fim dos territórios – tendo em Badie (1996) um forte exemplo – os concebem tendo como alicerce o peso político dos Estados-Nações. Esse autor acredita na mudança de um "mundo territorial" para um "mundo das redes", contudo, acreditamos que não seja tão simples assim. Mais tarde, ir-nos-emos utilizar da noção de território-rede como forma explicativa da associação entre os dois termos.

Destarte, é o próprio Haesbaert (2001, p. 1770; 1998, p. 31) que afirma que o território não deve ser visto, simplesmente, como um objeto em sua materialidade ou como um mero recurso analítico elaborado pelo pesquisador. Acredita esse autor, que se focarmos nossa análise sobre as representações espaciais perceberemos que *"elas também são instrumentos de poder, na medida em que muitas vezes agimos e desdobramos relações sociais (implicitamente, relações de poder) em função das imagens que temos da 'realidade' ".* É nesse sentido que afirmamos que as subjetividades territorializadas não se limitam aos aspectos de sua auto-construção, mas também aos aspectos macro-objetivos do social. Na verdade, através da interação de ambos.

Assim, é preciso ainda entender que o território seria relacional não somente no sentido da incorporação de um conjunto de relações sociais, mas também no de envolver uma complexa relação entre processos sociais e espaço material (Haesbaert, Bruce, 2002, p. 26). Podemos concluir, então, que o território – em sendo relacional – inclui o movimento, a fluidez e as redes.

Posto isso, uma noção de território que não leve em conta as relações e sua dimensão simbólica, mesmo entre as que enfatizem o seu caráter político, acaba por compreender apenas uma parte dessa categoria. Utilizando-se da distinção entre domínio e apropriação do espaço de Lefebvre (1994), Haesbaert (2001, p. 1770) propõe um apropriado olhar sobre o território, qual seja:

> *"o território envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos."*

É a partir desse olhar que trabalharemos os indícios de novas territorialidades. Agora, poderemos, então, apresentar melhor o que anteriormente denominamos territorialização, desterritorialização e reterritorialização (des-re-territorialização).

A territorialização – por ter forte relação com o lugar – dá-se sem a necessidade de firmar-se apenas através da ocupação do espaço de forma materialmente construída. Dá-se também a

territorialização, através de um processo de criação de códigos e símbolos que caracterizam e particularizam um lugar para um indivíduo ou grupo. Este lugar está intimamente ligado às relações travadas entre as pessoas no decorrer do tempo; o lugar está impregnado de objetos comuns. A territorialidade deve ser entendida, também, como referente ao zoneamento do tempo-espaço em relação às práticas sociais rotinizadas.

Chama-nos a atenção o discurso genérico da globalização, que se faz acompanhar da noção de desterritorialização, de "*desenraizamento"* – no sentido antropológico, ou seja, no sentido da perda das raízes culturais – enquanto Giddens (1991, p. 29), por sua vez, denomina *"desencaixe"* a forma com que os indivíduos, graças aos avanços tecnológicos da sociedade moderna, exercitam um distanciamento progressivo de suas referências de tempo e espaço. O processo de desencaixe referir-se-ia *"ao deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço"*. Nesse momento percebe-se uma interface entre essas três categorias, onde cada uma delas – da Geografia, da Antropologia e da Sociologia, respectivamente – busca o entendimento desse novo momento que desestabiliza a forma tradicional de análise dos fenômenos. Não seria correta ainda assim, a afirmação de que o espaço concreto cria seu oposto, o espaço virtual, como muitos autores assim propõem. Ao mesmo tempo em que temos desterritorialização, temos a reterritorialização. Tal certeza remete-nos à enfática afirmação de Deleuze, Guattari (1997, p. 87): *"não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte"*.

Quando da desterritorialização, percebemos a perda dos vínculos com o lugar e com as relações efetivamente nele realizadas. Esta afirmação é enfatizada por Santos (1996, p. 262), quando argumenta que

> *"hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. Os homens mudam de lugar(...)mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização".*

A desterritorialização rompe com toda uma formação de sistemas simbólicos de significados, de valores, que foram instituídos através de práticas sócio-culturais que, por sua vez, foram responsáveis pela construção social do lugar. Convém reafirmar que a noção de desterritorialização deve ser percebida como uma concepção mais integradora do território, ao mesmo tempo espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica.

Pelo menos, em relação aos teletrabalhadores, a desterritorialização não tem longa duração, ela é passageira. Talvez seja essa característica que leve Haesbaert (2001, p. 1775) a afirmar que *"desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multi-territorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de mobilidade 'opcional' ".* Aqui, devemos enfatizar o fato de que, em geral, aos teletrabalhadores não é dado o direito de escolha, trata-se de uma decisão unilateral da administração da empresa. Convém-nos acrescentar que, apesar da falta de opção dada aos teletrabalhadores, a idéia de multi-territorialidade trabalhada por Haesbaert é

valiosa para nosso estudo, principalmente em associação com a noção de território-rede como veremos mais adiante.

A reterritorialização, quando se faz, guarda novos traços e trajetórias, os quais, muitas vezes, divergem da territorialidade estabelecida anteriormente. A reterritorialização não exprime uma transferência de lugar apenas, representa uma nova rede de relações e processos que, em geral, desencadeiam uma nova codificação.

O teletrabalhador está envolvido nesse conjunto de transformações pelo qual vem se movendo o mundo contemporâneo e a transferência do local de trabalho do escritório para a casa do trabalhador exerce forte mudança nas relações sócio-espaciais vividas pelo teletrabalhador. A residência é mais que um local físico, é um lugar com uma representação mental, ou seja, transmite a idéia de aconchego, tranqüilidade, de fim de expediente de trabalho. A desterritorialização rompe com toda uma formação de sistemas simbólicos de significados e de valores instituídos que foram responsáveis pela construção social do lugar.

Outras implicações são observadas, já que o indivíduo ao trocar o escritório onde trabalhava, fazendo de sua residência seu local de trabalho, exercita uma desterritorialização para, posteriormente, reterritorializar-se em seu novo ambiente de trabalho. O trabalho em casa, com a utilização dos meios técnico-informacionais, não significa o retorno a um tempo em que toda a família exercia suas atividades de auto-sustento em sua residência. E, ao contrário do discurso, trabalhar em casa não é sinônimo de trabalhar pouco.

O teletrabalhador ainda carrega consigo os valores já instituídos do lugar do trabalho como algo distinto do lugar de morar. Percebemos claramente a necessidade de se ter bem definida a separação dos “dois lugares”. Na verdade, observamos um “mascaramento” dos lugares, seja quando se faz necessário esconder todo o material usado para esquecer que ali outrora fora um ambiente de trabalho, seja pelo cuidado para que a casa não perca o “*sentimento de final de uma jornada de trabalho*”. Nesse sentido, o teletrabalhador exercita uma desterritorialização e uma reterritorialização – para, posteriormente, desterritorializar-se e novamente reterritorializar-se – em uma mesma localidade no decorrer do dia.

A reterritorialização – na residência como local de trabalho, divergindo do escritório da empresa – guarda novos traços e trajetórias que divergem da territorialidade anteriormente estabelecida. O processo de reterritorialização estaria, além disso, se manifestando em associação a um movimento dentro da própria organização espacial da cidade.

Cada vez mais são criadas, nas cidades, condições propícias à implementação do teletrabalho. Exemplo disso encontra-se no mercado imobiliário do Rio de Janeiro, que começa a trabalhar um novo conceito de prédio residencial, o qual permite ao morador residir e trabalhar no mesmo endereço. Segundo matéria do Jornal do Brasil (10 de janeiro de 1999), todos os grandes lançamentos feitos a partir de 1998 no bairro da Barra da Tijuca “*foram projetados para oferecer aos condôminos uma moderna rede de informática, com conexões diretas para a internet e intranet*”.

Atualmente a IBM tem um contrato de parceria com a Construtora Gafisa em empreendimentos imobiliários que prevêem a existência de escritórios virtuais nos prédios, mantidos pelo próprio condomínio. Segundo a reportagem do Jornal do Brasil, *"a IBM fornece os equipamentos e dá suporte técnico e toda a infra-estrutura tecnológica".* Esses escritórios virtuais são entregues totalmente aparelhados, com mobiliário de escritório, fax, impressora colorida, pontos de telefone e apoio de secretária e *office-boy*, caso necessário. Os atuais empreendimentos da Construtora Gafisa já preparam plantas com um *home office* para cada apartamento.

Segundo informações conseguidas, a própria IBM criou um programa de implantação do teletrabalho na empresa e já conta com 11% dos 2800 funcionários do Rio de Janeiro e de São Paulo trabalhando em casa. Mas o consultor responsável pelo programa de implantação do teletrabalho acredita ser necessário e possível elevar esse número de teletrabalhadores na IBM. Atualmente, quando algum dos teletrabalhadores têm de ir à sede, logo ao chegar ao prédio da empresa digita o seu nome em um microcomputador localizado no hall dos elevadores e aguarda a resposta quanto à localização da mesa em que irá trabalhar durante aquele dia e, então, suas ligações são transferidas para o local indicado pelo computador. Ao chegar, conecta o seu *laptop* à rede IBM, checa o *e-mail*, acessa o banco de dados e começa a rotina de trabalho.

O consultor responsável pela implantação do teletrabalho na empresa afirma ainda que o escritório de um futuro próximo poderá ser um local para troca de informações, enquanto o trabalho que exigir concentração sem interrupções passará a ser feito em casa.

A Shell, em 1998 (apenas um ano após iniciar o projeto de teletrabalho), já mantinha 25% de trabalhadores no sistema de teletrabalho, tendo como objetivo chegar já no ano de 2005 a 60% do total. Para tal, pretende – como forma de compensação para os trabalhadores – investir na localização dos telelocais, buscando lugares aprazíveis, proximidade a *shoppings* ou com forte concentração de serviços e comércio. Desse modo, possibilitando que os trabalhadores resolvam seus problemas particulares quando do seu deslocamento aos telelocais. A antiga sede da empresa, em um prédio de 18 andares, que se localizava de frente para um dos principais cartões postais da cidade do Rio de Janeiro – a Enseada de Botafogo, com o Pão de Açúcar ao fundo – e que foi inaugurada 1979 foi vendida. Desde outubro de 2001, a Shell transferiu sua sede nacional para um centro empresarial localizado na Barra da Tijuca, ao lado do Barra Shopping. A nova sede ocupa apenas dois blocos do Centro Empresarial Barra Shopping.

O deslocamento da residência para o local de trabalho torna-se desnecessário ou reduzido a alguns poucos dias por mês. O que parecia ser tema de filmes de ficção científica tornou-se realidade em várias cidades do planeta, inclusive no Rio de Janeiro. Várias empresas fazem uso do teletrabalho, o que tem contribuído para a transformação do *lay-out* e da própria localização das sedes dessas empresas.

Para compreendermos como se dão, de maneira integrada, os processos de desterritorialização e reterritorialização – seja dos teletrabalhadores ou seja das empresas – optamos por trazer à tona algumas transformações que vêm ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro e que se encontram associadas à implementação do teletrabalho pelas empresas.

Frente à implementação do teletrabalho nas empresas, os agentes que produzem o espaço urbano mobilizam-se no intuito de rever suas estratégias de atuação, visto que são percebidas deslocações, desativações e redistribuições de firmas e de residências no espaço urbano do Rio de Janeiro. Atualmente, a partir da utilização de teletrabalhadores, é necessário considerar a não-necessidade de fixar residência próxima à empresa. Não nos ateremos à longa descrição dos agentes que atuam na produção do espaço – até porque já é de conhecimento geral uma vasta bibliografia acerca desse debate – mas, efetivamente, no comportamento desses agentes no Rio de Janeiro frente à implementação do teletrabalho. Todavia, apenas no intuito de indicá-los, baseando-nos em Harvey (1982; 1980), Capel (1974) e Corrêa (1995) teríamos os seguintes grupos de agentes: as empresas da construção, os proprietários fundiários (incluindo-se proprietários usuários de moradia e proprietários rentistas), promotores imobiliários, as instituições governamentais (o Estado) e os grupos sociais excluídos.

Quando nos propomos a analisar como os agentes que produzem o espaço urbano têm se comportado frente à implementação do teletrabalho nas empresas e como a relação local-global tem colaborado para a conformação de indícios de novas territorialidades na cidade do Rio de Janeiro, temos de ter em mente que estamos tratando das relações realizadas em uma grande cidade capitalista e uma das mais importante do país. Logo, importa considerarmos os diferentes usos da terra, imbricados entre si, em um processo que contribuiu para a definição de áreas, de formas e de funções.

Muitas vezes o espaço produzido contribui mais para ocultar do que revelar. Isso porque, em geral, não desvela imediatamente o processo de sua produção (tal qual a mercadoria). É necessário que investiguemos as inúmeras codificações sobre as quais se assenta o espaço produzido e como os agentes que o produzem colaboram, simultaneamente, para ocultar sua decodificação. Para Lefebvre (1971, p. 161), a utilização da noção de forma, função e estrutura (utilizadas com o mesmo peso de importância) contribuiriam para a revelação do espaço produzido, já que permitiriam a apreensão de suas estabilidades provisórias e de seus equilíbrios momentâneos, até porque a própria noção de estrutura tem, também, um caráter provisório. Ademais, a conjunção das três noções permite desvelar um conteúdo sócio-espacial que se encontra oculto, posto que dissimulado nas formas, funções e estruturas analisadas.

Também Santos (1985, p. 50) propõe a utilização dessas categorias para o auxílio na interpretação do espaço em sua totalidade, entretanto acrescenta a elas uma quarta categoria: o processo. Ou seja, na inter-relação entre esse quarteto é que se encontra uma metodologia para a compreensão do fenômeno a ser estudado. Dessa maneira, poderíamos afirmar, em um esforço de síntese, que a função – relacionando-se diretamente à forma – seria a atividade elementar de que a forma espacial revestir-se-ia. Assim, as funções estariam materializadas nas formas que, por sua vez, seriam criadas a partir de uma ou várias funções. Em muitos casos, formas antigas são mantidas apesar de desempenharem novas funções, contudo, em geral, novas funções acabam por acarretar o acréscimo de novas formas ao espaço urbano. Ao contrário do que possa parecer, Lefebvre (1971, p. 161) não teria desconsiderado aquilo que Santos (1985, p. 50) denominara de processo. Na verdade,

a noção de processo – como ação contínua, como movimento do passado ao presente e deste ao futuro – já estava presente na obra de Lefebvre como que atravessando as demais categorias. Assim, aquilo que Santos identificou como uma quarta categoria seria, de fato, uma propriedade das outras três.

Acredita Santos (1985, p. 57) que a estrutura social, dependendo do momento histórico, contribui ora para a transformação das formas, ora para a permanência. Trindade Júnior (2001, p. 134), também em um esforço de síntese, afirma corresponder a estrutura *"à natureza social e econômica da sociedade em determinado momento histórico.* (...) *A estrutura, em qualquer ponto do tempo, atribui valores e funções determinadas às formas do espaço"*.

Por sua vez, Gottdiener (1997, p. 195) trabalha com a perspectiva da produção do espaço em um contexto geral de uma teoria de organização social que analisa o papel da estrutura – no sentido das determinações gerais – e o papel da ação, no sentido da tentativa de pensar na atuação de coligações e redes relacionadas aos agentes locais. Gottdiener (1997, p. 226) enfatiza o fato das formas espaciais serem produzidas pelo que denomina *"articulação entre estruturas capitalistas tardias e as ações do setor de propriedade, especialmente os efeitos de grupos hegemônicos e do Estado na canalização do fluxo de desenvolvimento social para lugares e modelos específicos"*. Acreditamos que o debate dos três autores seja complementar quando do objetivo da compreensão da produção do espaço urbano.

Em se tratando da temática a que nos propomos discutir, voltando os olhos para o período pós-1984, percebemos o que Lago (2001, p. 1534) denominou *"elitização do mercado imobiliário carioca"*, pois com a crise do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) a produção das grandes empresas passou a se concentrar mais especificamente na Barra da Tijuca. Contudo, não devemos esquecer que, na década de 1990, bairros como Botafogo, Lagoa, Jardim Botânico e Leblon começaram a vivenciar um processo de renovação do seu estoque imobiliário pelas grandes incorporadoras, seja para a construção de apartamentos de luxo, seja para edifícios de escritórios.

A Barra da Tijuca, além dos grandes condomínios residenciais (com instalações completas para *home offices*) – verticais ou horizontais –, apresenta também a maior concentração de *shoppings* e *apart-hotéis* da cidade.

Encontram-se presentes na dinâmica metropolitana carioca, transformações ligadas tanto à desconcentração e seus impactos no núcleo central quanto à ratificação de setores residenciais seletivos. A combinação de tais transformações pode ser reconhecida na Barra da Tijuca, em que segundo consulta aos dados da ADEMI/RJ, o número de edifícios de escritórios lançados, na década de 1990, representou 52% do número total de lançamentos na cidade.

Pesquisadores do Instituto Pereira Passos, no Anuário Estatístico Rio 2000, fazem uma previsão para os cinco anos seguintes. Acreditam que a população da Barra da Tijuca crescerá 90% até 2005, passando de, aproximadamente, 170 mil para mais de 320 mil residentes. Teresa Coni Aguiar, uma das responsáveis pelas projeções do anuário, afirma que *"a classe média alta do Rio está migrando para a Barra da Tijuca em busca de melhor qualidade de vida"* (Jornal do Brasil, 2000).

Cardoso e Ribeiro (1996, p. 40) exercitam o estabelecimento de uma espécie de

> *"classificação das regiões da cidade, tendo em vista seu estágio no ciclo de vida e considerando-se a seqüência ideal loteamento → urbanização → ocupação → densificação → verticalização:*
>
> *- áreas consolidadas: o ciclo de ocupação se completou claramente na AP-2, com as densidades mais elevadas de toda a cidade (...) e o ciclo segue com a transformação de parte da área residencial em comercial. Alguns bairros da AP-3 também podem ser enquadrados nesse tipo.*
>
> *- áreas estagnadas: o ciclo de ocupação permanece com baixa densidade nas RAs de Irajá, Madureira e Penha;*
>
> *- áreas em decadência: a área central, que vem perdendo população e que tem um parque imobiliário muito antigo;*
>
> *- áreas em expansão: a RA de Vila Isabel, na AP-2, e as RAs do Méier e da Ilha do Governador, na AP-3, que têm apresentado altos índices de crescimento populacional;*
>
> *- áreas de fronteira: as AP-4 e 5 que, por apresentarem ainda grande oferta de terras livres, configuram-se como as áreas de expansão por excelência".*

Acreditamos que tal classificação é por demais estática – apesar dos autores terem definido uma seqüência ideal, que em princípio denota movimento – e acaba por obscurecer as transformações que não se dão de forma tão linear como afirmam esses autores. Acontecimentos muitas vezes inesperados podem contribuir para a mudança da direção anteriormente estabelecida. Exemplo claro, conforme identificado por Ramos (2001, p. 35), se deu há, aproximadamente, cinco anos atrás, quando em uma novela da Rede Globo uma personagem da trama – baseada no ícone dos emergentes da Barra – era moradora da Barra da Tijuca (a mídia passou a tratar esses novos ricos, ligados em geral à atividade comercial, por "emergentes") e tinha um perfil extremamente exagerado, era pouco instruída, tinha gosto duvidoso, mas era endinheirada e adorava a Barra da Tijuca. Esse perfil ficou tão marcado que o mercado imobiliário acusou uma queda na procura por imóveis nesse bairro e, em contrapartida, uma busca por imóveis na zona sul da cidade. Não impressiona, então, a quantidade de antigos casarões em Botafogo e no Jardim Botânico e de prédios baixos da década de 50 em Ipanema e Leblon, que estão sendo demolidos para a construção de condomínios de alto luxo nessas áreas da cidade. O ex-presidente da Associação de Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), José Conde Caldas (O Globo, 2003), chegou a declarar que investir na construção de prédios na zona sul é retorno imediato e garantido.

Além disso, a administração pública tem investido na dinamização da área central da cidade, tendo inclusive alterado, através de lei de 1994, o decreto 322/1976 que proibia o uso residencial no núcleo central, passando a partir dessa data a permitir a moradia em toda a área central da cidade. Outro empreendimento que objetivava dinamizar essa mesma área foi a tentativa de trazer o Museu Guggenhein para área portuária localizada na zona periférica do centro da Cidade. Essa área "morta" seria recuperada a partir da transformação dos antigos armazéns em lojas, restaurantes, moradias, escritórios, universidades e centros culturais. Aliás, no que tange aos projetos de revitalização da área central, percebemos o encaminhamento em direção aos exaustivamente repetidos projetos de Jordi Borja.

Outro programa posto em prática pelo poder público foi o “Novas Alternativas”. O programa vem reformando os antigos cortiços e proporcionando melhores condições de habitação nas zonas periféricas do centro. A revitalização do centro histórico com seus sobrados de influência da arquitetura portuguesa e espanhola é o grande atrativo de áreas como a Praça XV e a Praça Tiradentes. Isso sem falar da proximidade com o chamado corredor cultural, com suas construções monumentais em estilo francês.

Ainda mais recentemente (O Globo, 2003) foi divulgado, pela Secretaria Municipal de Urbanismo, a concessão de licença para a construção de cinco prédios na Avenida Presidente Vargas – em área do centro da cidade, em frente à sede da prefeitura e ao prédio do Teleporto – e de oito blocos na Avenida Rodrigues Alves e na rua da Gamboa – área periférica do centro – com um total de 1306 apartamentos distribuídos por prédios de oito a doze andares, em terrenos da Rede Ferroviária Federal. Os imóveis contarão ainda com mais dois andares destinados a lojas, salas comerciais, garagens, piscinas e quadras poliesportivas; e serão financiados pela Caixa Econômica Federal e pela Previ-Rio.

Em entrevista ao Jornal do Brasil (21 de setembro, 2003), o secretário municipal de urbanismo, Alfredo Sirkis, afirma ser positiva a mistura de usos e vê o Centro como alternativa de moradia para a classe média carioca. Segundo o secretário, *“ali há áreas com forte vocação residencial, como as avenidas Beira-Mar, Roosevelt e Presidente Wilson. E há também o eixo das ruas Riachuelo e Mém de Sá, além da área portuária. Hoje a população do Centro é de 30 mil pessoas. Em dez anos poderemos ter 250 mil”*. Acredita Sirkis que com maior população residente, melhoram a segurança e demais serviços.

A prefeitura do Rio de Janeiro já realizou a compra do Pátio da Marítima da Rede Ferroviária, na área portuária, onde será construído aquilo que foi denominado “Cidade do Samba”. Também já se encontra em licitação a construção da Vila Olímpica da Gamboa e a nova conexão Área Portuária-Centro através de um túnel sob o Morro da Providência.

A divulgação, pela Prefeitura da cidade, dos bairros que sediarão as competições nos Jogos Pan-Americanos em 2007 constituiui-se em mais um exemplo que põe em questão a classificação de Cardoso e Ribeiro (1996). O projeto de construção do Estádio Olímpico Municipal, no bairro do Engenho de Dentro (no subúrbio carioca), contribuiu para o crescimento do número de licenças (151%) para construção no bairro e em seu entorno imediato: Pilares, Todos os Santos, Abolição, Encantado e Méier. Esses bairros, segundo dados da Secretaria Municipal de Urbanismo, somaram no primeiro semestre de 2003 um total de 83.500 m^2 em alvarás concedidos. No ano anterior, a demanda foi de apenas 9.000 m^2. Em matéria no Jornal do Brasil (15 de setembro de 2003), Rose Compans, assessora-especial da Secretaria Municipal de Urbanismo, afirmou que no ano de 2002 não houve um único pedido de licença para o bairro do Engenho de Dentro.

Por tudo isso, não nos agrada a idéia de classificação de áreas da cidade sugerida por Cardoso e Ribeiro (1996), que nos parece não dar conta da dinâmica espacial do Rio de Janeiro. Até

porque devemos considerar também o acaso (a contingência, o inesperado)[2]; elemento que Morin (1998, p. 210) insiste em considerar mesmo levando em conta que *"o acaso insulta a coerência* (...) *e aparece como irracionalidade, incoerência, demência, portador de destruição"*. Ademais, no que se refere à expansão da cidade, há propostas no sentido de dar fim aos vazios urbanos e impedir o crescimento desenfreado da cidade para a zona oeste. Dessa forma, seria preciso voltar a usar os terrenos desocupados, as construções desativadas e prédios sub-utilizados no centro e em seu entorno, no subúrbio – ao longo da linha férrea – e na Cidade Nova. Essas áreas possuem uma infra-estrutura que a zona oeste carece e a ocupação desordenada desta a empobrece ainda mais.

Não restam dúvidas de que a área central do Rio de Janeiro é, ainda, o local onde se concentra a maioria das sedes de empresas sediadas no Rio de Janeiro. Contudo, como em outras partes do mundo, estamos encontrando indícios do surgimento de novas territorialidades para além da área central carioca.

O centro do Rio de Janeiro vem perdendo várias empresas e já é possível perceber o crescimento de salas e mesmo andares inteiros vazios nos edifícios da área central e o destino da maioria dessas empresas tem sido o bairro da Barra da Tijuca.

Em outubro de 2001, a Shell transferiu sua sede nacional de um edifício de 13 andares para um centro empresarial localizado na Barra da Tijuca, ao lado do Barra Shopping. Um ano antes, a multinacional francesa Michelin – que encontra-se entre os três maiores fabricantes de pneus do mundo – havia se instalado em outro centro empresarial da Barra: Città America. Todos os setores de logística da empresa estão ali instalados, constituindo um total de 500 pessoas; o que não significa que todos estejam lá diariamente. No Città America já se encontravam outras empresas de peso como a Cisco Systems e a Novartis.

No fim de 2002 foi a vez de outra gigante do petróleo – a Esso – se mudar para a Barra da Tijuca. O mesmo caminho tomaram a Volvo do Brasil Veículos Ltda, a Conasa Construtora, a Diamond Informática, a Engemolde Eng. Ind. e Com. Ltda (mudou-se do centro em 1997), a Carvalho Hosken S.A. Eng. e Construções (mudou-se do centro em 1998), a Gafisa Engenharia e Construção e a sede administrativa da Infabra – Ind. Farmacêutica Brasileira, dentre outras. Ademais, é possível identificar também a saída do centro em direção à zona sul da cidade, como é o caso da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) que transferiu sua sede para o 36º andar da Torre do Centro Empresarial Rio Sul, em Botafogo. Também em Botafogo, em um prédio de arquitetura pós-moderna – e de gosto duvidoso –, encontra-se a sede de uma empresa de telefonia celular: a Vivo.

No segundo semestre de 2003, no recém lançado Centro Empresarial Mário Henrique Simonsen – localizado próximo ao Barra Shopping – encontram-se a Fundação Bradesco e a Siemens do Brasil. Dentre as vantagens salientadas pelos agentes imobiliários (Imóvel-on) que negociam as vendas dos andares do novo empreendimento, estão: infra-estrutura de comunicações que utiliza as mais modernas tecnologias para rede de voz e redes de dados de banda larga em fibra

---

[2] Em SOUZA (1997, p. 43-87) é possível observar a tentativa desse autor em trabalhar com a Teoria da Complexidade – associando o acaso (a partir da Teoria do Caos), ordem, desordem e sinergética – para explicar o desenvolvimento sócio-espacial.

ótica; terreno de 78.400m^2 com apenas 12,5% de área ocupada (paisagismo integrado à vegetação de restinga); centro de convenções e *business center* preparados para eventos e treinamentos; heliponto; 1.612 vagas para estacionamento; espaços diferenciados para empresas de todos os portes (por exemplo: Blocos 4 e 5 – áreas de 40m^2, 75m^2, 83m^2, 97m^2, 108m^2 e 1.440m^2; Blocos 2 e 7 – áreas de 130m^2, 145m^2, 228m^2, 235m^2 e 1.475m^2).

A entrada dessas grandes empresas na Barra indica uma mudança no perfil do bairro. Em matéria do Jornal do Brasil (dezembro de 2002), vemos que esse movimento já está sendo percebido quando lemos *que "a Barra nasceu areal, virou meca da classe média emergente nas duas últimas décadas (...) e está desenvolvendo vocação para os negócios".*

Se essa migração é irreversível e se irá se dirigir em massa para a Barra só o futuro dirá, contudo, fato é que há indícios de um movimento de desconcentração e acreditamos que a utilização do teletabalho tem contribuído para realização de uma nova territorialidade na cidade do Rio de Janeiro, seja a partir da mudança de endereço das sedes das empresas, ou seja pela territorialidade construída pelo teletrabalhador que, a partir de então, realiza suas atividades em sua própria residência.

Ao compararmos a Barra com o Centro do Rio de Janeiro deparamo-nos com bairros bem distintos. Como afirmamos anteriormente, só recentemente foi derrubada a lei que não permitia firmar residência no Centro da cidade. A Barra da Tijuca tem, atualmente, mais de 90.000 moradores, tem um índice de automóvel por habitante de 2,36 (semelhante ao de Los Angeles – 2,39 – nos EUA) e mais de 40% dos domicílios apresenta renda mensal superior a 20 salários mínimos. É interessante, também, perceber uma mudança radical no padrão de organização espacial da cidade, pois no bairro do Centro, é possível percorrer o núcleo central a pé, ao passo que na Barra da Tijuca isso é totalmente inviável, o automóvel é fundamental.

Outras grandes empresas têm saído do centro; a Amil está instalada no Centro Empresarial Barra Shopping desde julho de 2002, o mesmo em que se encontra a Shell. Deixaram, também, o centro da cidade e encontram-se agora na Barra da Tijuca a sede da finlandesa Nokia Networks e o escritório carioca da Fiat. Além de terem deixado o centro, outra característica que todas as empresas citadas mantém em comum é o fato de todas terem iniciado a implementação do teletrabalho em suas empresas pouco antes de deixar as antigas sedes.

Em contrapartida, no centro, existem poucos imóveis que podem servir para projetos tão diferentes – com salas amplas, praticamente sem divisórias – já que, em geral, tratam-se de edificações do início do século passado e com alto custo de manutenção. Não é surpresa verificar o esvaziamento de andares inteiros em prédios do centro da cidade. Eis um dos motivos pelo qual temos verificado o surgimento de filiais de universidades privadas no bairro. No entroncamento da Avenida Rio Branco e Avenida Presidente Vargas – até então o coração do centro empresarial carioca – surgiram filiais da Universidade Estácio de Sá, da Universidade Cândido Mendes e da Universidade Gama Filho, ocupando praticamente 50% dos andares. Aliás, impressiona a forma como a administração dessas universidades denomina seus novos campus: filiais. Apenas no centro do Rio de Janeiro, a Universidade Estácio de Sá já conta com quatro unidades: a anteriormente

citada e outras três que se localizam no prédio do Terminal Menezes Cortes, na área dos Arcos da Lapa e na Praça XI.

Diante de tantas transformações os agentes vêem-se obrigados a buscar alternativas para a utilização futura do Centro do Rio de Janeiro. A revalorização cultural do centro carioca (com seu acervo de museus, bibliotecas, teatros e centros culturais), a permissão de firmar residência e a implantação de universidades no local já são indicadores da mobilização desses agentes. Assim, nessa seara de incertezas, os agentes sociais que (re)produzem o espaço da cidade estarão buscando novas formas de (re)valorização desse espaço. O centro do Rio de janeiro perde empresas, mas adquire novas funções.

Mais recentemente, outro exemplo do processo de migração do Centro do Rio de Janeiro esteve estampado em todos os jornais da cidade. O prédio da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), construído em 1966 – Edifício João Havelange – localizado no coração do centro financeiro da cidade, na rua da Alfândega, quase esquina com Avenida Rio Branco, seria posto em leilão no dia 17 de setembro de 2003. São 2.280m^2 divididos em oito andares, mais subsolo, térreo e sobreloja. No dia do leilão aconteceu um fato inesperado: não houve interessados. A CBF, desde 2002, localiza-se em uma moderna sede na Barra da Tijuca. A nova sede conta com um conjunto de dois blocos de quatro e cinco andares com uma infra-estrutura de tecomunicações de alta tecnologia.

A Barra da Tijuca, recentemente, tem recebido uma nova onda de “emergentes”. Tratam-se das empresas de Internet que passaram a ocupar os centros comerciais da Avenida das Américas, alocando-se no bairro que ganhou fama por ser o endereço preferido dos novos ricos cariocas.

A migração dessas empresas foi alavancada pela Embratel que, no início do ano de 2001, investiu US$ 15 milhões – quatro vezes mais que o valor investido nos principais bairros da cidade – para instalar uma rede de 67 quilômetros de cabos de fibra ótica na Barra e nos bairros vizinhos do Recreio e de Jacarepaguá, com capacidade de transmissão que chega a 2,5 bilhões de *bits* por segundo. Um aumento de velocidade bastante considerável se comparado aos 64 mil *bits* por segundo que navegam em um canal de voz comum.

Migraram para a Barra da Tijuca, dentre várias outras “pontocom”, Infolink, Par-Perfeito, Brasil Web, Guia Local, Mercado 21, Novo Estilo e-commerce, Tessera, Via Rio e Globo.com. Esclarece-nos o sócio diretor do site Guia Local, Daniel Delvisson, que conseguiu reduzir o custo mensal com conexão em pelo menos um terço, posto que afirma gastar algo em torno de R$ 400,00, ao passo que em outro bairro esse gasto não ficaria por menos de R$ 1.300,00. Bruno Parodi, sócio fundador da desenvolvedora de sites Tessera, localizada no *Shopping Dowtown*, enaltece o fato de que *“na Barra a Embratel nos proporciona condições de acesso excelentes, adequadas ao que o site necessita”*. O centro comercial vizinho, *Città America*, também agrega várias salas destinadas às empresas chamadas “pontocom”. Juntos, os dois têm 21 empresas de Internet (segundo pesquisa realizada até junho de 2003).

A cidade do Rio de Janeiro, posteriormente a metrópole, foi e é construída, desconstruída e reconstruída indefinidamente. Tal processo não se dá de forma homogênea ou linear, mas

heterogeneamente e aos saltos, para frente e para trás. Os objetivos são, também, endógenos e exógenos, levando em conta interesses, que muitas vezes advém de agentes que se encontram a muitas milhas distantes das fronteiras da cidade e do próprio país.

Utilizar-nos da consideração do espaço como produto, condição e meio do processo de produção geral da sociedade, permite-nos perceber os agentes que produzem o espaço urbano buscando interligações que, muitas vezes, partem do global em direção ao local, e aí encontram sujeitos que ora apresentam-se como aliados, ora como oponentes. Para tanto, ao analisarmos a ação desses agentes será importante a percepção da (con)formação de territorialidades construídas a partir de processos de desterritorialização e reterritorialização por que passam os teletrabalhadores. Logo, é necessário trabalhar com a relação dialética entre estrutura e ação, conforme enunciada por Gottdiener (1997, p. 217), que resultaria numa compreensão do espaço que enfatizaria as determinações gerais do modo de produção, ao mesmo tempo que procuraria entender o papel dos agentes em suas articulações e não como elementos isolados.

Assim, temos nessas articulações o proprietário dos meios de produção, o setor imobiliário, *"mas também elementos do capital financeiro e corporativo, políticas públicas, grupos locais de ativistas, partidos políticos necessitados de suporte financeiro, ambientalistas, proprietários de casa própria etc"* (Gottdiener, 1997, p. 218). São exatamente esses interesses e os conflitos entre eles que formarão o fio condutor das mudanças espaciais.

Foi nesse sentido que trilhamos nosso debate até aqui; buscamos elencar os indícios de algumas deslocações de empresas de áreas tradicionalmente de negócios (CDB – Central District Business), e no caso específico do Rio de Janeiro o bairro do Centro, para outras que, até então, não exerciam a função de áreas de concentração empresarial – sendo o bairro da Barra da Tijuca o maior exemplo. Temos percebido que, ao contrário da tendência anterior em que as empresas buscavam localizar-se na área central da cidade (que tem como característica a verticalização), há indícios de uma desconcentração, que tem ocorrido de forma constante e que guarda características diferentes do local anterior: a área construída ocupada pelas empresas é bem menor, busca a horizontalização (prédios baixos) e a valorização dos espaços verdes.

Acreditamos que para essas mudanças, tenha contribuído também a crescente utilização das redes nesse tempo dos fluxos (Santos, 1996, 1994). Devemos observar que, no que concerne às redes, não seria a ocupação de áreas o que importa, mas a ativação e/ou criação de pontos e linhas.

Reafirmamos, então, a nossa posição no que concerne à inter-relação entre território e redes como encaminhamento teórico-metodológico fundamental para a compreensão desse debate. Em um mesmo território, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes secundárias, conjunto de pontos e linhas, ou conforme Santos (1996, p. 214): redes principais e redes afluentes; o que Veltz (1996) denominaria *"territórios em rede e território de redes"*. Ou seja, nos territórios em rede não só as cidades se dissociam de seu território, privilegiando as relações com outras cidades às quais estão ligadas através das redes, mas, além disso, o território das redes dá lugar a um território em rede. Dessa forma, cada pólo se definiria como ponto de cruzamento e comutação de redes múltiplas. Nesse sentido, seria possível utilizarmos as expressões *"território-arquipélago"* ou

"rede-arquipélago de grandes metrópoles" de Veltz (1996, p. 65; Veltz, Savy, 1996, p. 13) e Bourdin (2001, p. 60).

Destarte, nesse início do século XXI, estar-nos-íamos encaminhando para o que Veltz (1994, p. 200) denominou de territórios-rede. As relações verticalizadas entre os territórios-rede levam-nos a percebê-las como uma espécie de túnel, que atravessa as áreas de seu entorno sem com elas manter contato. Ou seja, há predominância das relações entre pólos sobre as relações com a hinterlândia, estaríamos passando de território-zona para território-rede. Nesse contexto de território-rede, podemos perceber que, no Rio de Janeiro, os teletrabalhadores vêm se desterritorializando – no sentido de desenraizamento dos indivíduos em relação ao seu território – em um momento em que há um acirramento da competitividade e do individualismo. Assim, a desterritorialização acaba por desconectar os teletrabalhadores em relação ao seu lugar de trabalho.

A partir desse olhar, o território-rede é, simultaneamente, um espaço de conectividade/integração, ou de aproximação, e de distúrbio e descontrole no que se refere à organização espacial, pelo simples fato de que não existe a pura "ordem", pois há sempre constrangimentos – rugosidades, permanências – a serem incorporados e porque a malha de redes tem o potencial de conectar e ao mesmo tempo de excluir os lugares (Veltz, 1996, p. 62; Haesbaert, 1997, 259).

Mesmo que o nosso objeto de pesquisa nos remeta a um local – o Rio de Janeiro – isso não significa afirmar que vemos a escala local como a instância decisória primordial. Acreditamos, junto com Rua (2003, p. 276) que há limites para a escala de ação local e que, ademais, *"é preciso ter consciência de que a cidadania e a identidade se constróem em todas as escalas"*.

O fato é que as escalas não estão dadas, *"mas são, elas mesmas, objeto de confronto, como também é objeto de confronto a definição de escalas prioritárias onde os embates centrais se darão"* (Vainer, 2001, p. 146). Na análise, ao escolhermos uma escala, escolhemos nosso objeto e os sujeitos que estarão em jogo, logo a própria opção torna nossa análise limitada.

Temos de ter em conta que o poder das grandes empresas encontra-se menos em seu caráter global que em sua capacidade de interação entre as escalas global, nacional, regional e local. Dessa maneira, não se trata de considerar o global e o local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Campinas: Papirus, 1994.

BIENENSTEIN, Glauco. Globalização e metrópole. A relação entre as escalas global e local: o Rio de Janeiro. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2001, p. 73-84.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 237p.

CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografia**, Barcelona, v.VIII, n.1-2, ene/dic. 1974, p. 19-56.

CARDOSO, Adauto Lúcio, RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dualização e reestruturação urbana**. O caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas, IPPUR/Fase, 1996. 110p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.

_____. “Novas” contradições do espaço. In DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século***:* a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999, p. 62-74.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. 270p.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. Oxford: Blackwell, 1996. 556p.CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano***.* 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. 94 p.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. 235p.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade***.* São Paulo: Unesp, 1991. 177p.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997. 310p.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In SANTOS, Milton; SILVA, Carlos Alberto Franco da; GONÇALVES, Carlos Walter Porto et al (orgs.). **Território, territórios**. Niterói: Eduff, 2002, p. 17-38.

_____. Da desterritorialização a multiterritorialidade*.* In **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2001, p. 1769-1777.

_____. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo***.* Niterói: Eduff, 1998. 308p.

_____. **Des-territorialização e identidade***:* a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997. 293p.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, ano IV, n. 07, 2002, p. 07-31.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 06, ano II, 1982, p. 06-35.

_____. **A justiça social e a cidade***.* São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

KLEIMAN, Mauro. Rede viária e estruturação intra-urbana. A prioridade dos investimentos na rede viária e seu papel na configuração das cidades: o Rio de Janeiro sobre rodas. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2001, p.1596-1608.

LAGO, Luciana Corrêa do. A metrópole desigualmente integrada: as atuais formas de produção e (não) acesso ao espaço construído do Rio de Janeiro. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2001, p. 1530-1539.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space***.* Oxford, UK: Blackwell, 1994. 454p.

_____. **L’ idéologie structuraliste**. Paris: Anthropos, 1971.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. **GEOgraphia**, ano III, n. 06, 2002, p. 07-21.

MATOS, Marcelo Pereira. A dinâmica dos edifícios de escritórios na cidade do Rio de Janeiro. **Boletim GETER**, n. 03, 1999, p. 10-11.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

RAMOS, Maria Clara dos Santos. **O *in* e o *out* de ser emergente**: o perfil dos moradores do bairro da Barra da Tijuca. 2001. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

SACK, Robert. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço***:* técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308p.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo***.* Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994. 190p.

_____. **Espaço e método***.* São Paulo: Nobel, 1985.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Anais do IX Encontro da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2001, p. 140-151.

VELTZ, Pierre. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 139-154.

_____. **Mondialisation, villes et territoires**. L'économie d'archipel. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. 262p.

_____. Hierarquias e redes na organização da produção e do território. **As Regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia Económica. Oeiras: Celta, 1994. 275p.

VELTZ, Pierre; SAVY, M. **L' Économie globale et la réinvention du local**. Paris: L' Aube, 1996.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 2000. Rio de Janeiro: IPP, 2000.

CASEMIRO, Luciana. Só se constrói para os ricos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 set. 2003.

Mega-empreendimento no Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 abr. 2002.

Olhos voltados para o Centro: Alfredo Sirkis, secretário de urbanismo, prevê novos rumos do crescimento do Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 set. 2003.

OLIVEIRA, Adriana de. Pan 2007 mexe com a Zona Norte. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 set. 2003.

SCHMIDT, Selma. Mais moradias para o centro e a zona portuária. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 ago. 2003.

Zona sul se muda para a Barra. Estudo do Instituto Pereira Passos mostra que a população do bairro será de 320 mil em 2005. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 ago. 2000.